

Planalto busca o sucessor de Arruda, fora do PSDB

Maior receio é que falta de líder aprofunde paralisia no Congresso

BRASÍLIA - O Palácio do Planalto já trabalha a indicação de um novo líder no Senado para evitar que o cargo vago, desde a saída de José Roberto Arruda (PSDB-DF), aprofunde a paralisia do processo decisório no Congresso. Na sexta-feira, especulava-se sobre nomes do PMDB e do PFL, e não do PSDB, o partido de Arruda e do presidente Fernando Henrique Cardoso. O PFL, partido do senador Antônio Carlos Magalhães

(PFL-BA), reivindica a posição de líder para compensar a perda de espaço com as derrotas que sofreu nas eleições na Câmara e do Senado.

O maior receio do governo é que a crise interna do Senado contamine também a Câmara e leve o Legislativo a uma crise prolongada de paralisia. O ministro Aloysio Nunes Ferreira, secretário-geral da Presidência e coordenador político do governo, diz que o Senado tem a obrigação de resolver o caso do painel por tratar-se de um fato que "atinge as regras do jogo de funcionamento do Poder Legislativo". Mas ele espera que isso ocorra o mais rapidamente possível para que a Casa "volte a trabalhar com pro-

veito matérias importantes que estão para ser votadas".

A preocupação do governo toma como base o cronograma dos 19 meses de mandato que restam a Fernando Henrique. Quando lançou a agenda 2001-2002, em fevereiro, o presidente tinha em mente que o Congresso operaria a todo vapor neste semestre e até a metade do segundo semestre. A partir de outubro, abre-se o cronograma eleitoral de 2002, com o fim do prazo de filiação partidária para quem quiser se candidatar no ano que vem.

Prazos - A dificuldade política gerada pela crise em andamento é que o período que se encerra no fim de setembro é

o tempo que os partidos dispõem para fixar compromissos e promessas de parcerias e alianças eleitorais.

Depois dele, definidas as posições partidárias dos candidatos a cargos majoritários (governador e presidente), os partidos devem entrar na fa-

SUCESSÃO
DE 2002
COMPROMETE
AGENDA

se de convenções e preparação da campanha para as eleições gerais. Tanto sabe que esse será um período legislativamente pouco produtivo, que se aprofundará no ano da campanha, que o presidente marcou para dezembro a reforma ampla do seu Ministério, para que possam deixar o governo os ministros que pretendem disputar as eleições. (A.T. e C.F.)